

NOVOS OLHARES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DAS POPULAÇÕES BRASILEIRAS



José Victor Maritan Gonçalves^{1,2}

SCOTT, Ana Silvia Volpi; NADALIN, Sergio Odilon (orgs.). *História Social das Populações no Brasil Escravista*. São Leopoldo: Oikos, 2025.

Uma leitura indispensável para os historiadores da população brasileira. Dividido em 12 capítulos, além do Prefácio, da Apresentação, da Introdução e das Considerações finais dos organizadores, o livro *História Social das Populações no Brasil Escravista*, organizado por Ana Silvia Volpi Scott e Sergio Odilon Nadalin, foi lançado em 2024 e teve segunda edição, ampliada e revisada, em 2025. A obra marca o sucesso das discussões promovidas por historiadores na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e foi produzida em um contexto de incertezas e desafios por conta da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional causada pela covid-19. A publicação é composta por trabalhos de pesquisadores de várias universidades no Brasil e em Portugal, que se reuniram por um período de 36 meses para discutir e elaborar textos que tinham como mote a história da população brasileira nos seus aspectos sociais (sistemas familiares) e demográficos (regimes

1 Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil

2 Pós-doutorando no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/03149-0. Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: jmaritan@unicamp.br

demográficos) durante o período de permanência da escravidão, desde a organização da colônia portuguesa na América, passando pelo Império, até a abolição em 1888. A formação das famílias do passado (livres e escravizadas), a fecundidade (legítimas, ilegítimas, expostas, livres e escravizadas), a mortalidade e as migrações (internas e internacionais) são temáticas tratadas de forma inédita na obra, seja por apostar no ponto de vista da Demografia Histórica e da História da Família para problematizar questões teóricas ligadas às dinâmicas demográfica e familiar do nosso passado, seja pela busca por alargar os recortes cronológicos e espaciais até então inatingidos pela História Social das Populações.

A leitura dos capítulos nos transporta para um passeio de Norte a Sul do Brasil entre os finais do século XVII e o último quartel do XIX, avançando os extremos da América portuguesa “além do Centro-Sul”, com enfoque na história social das populações. A exploração desse “caleidoscópio brasileiro”, como definiu Diego Ramiro Fariñas, só foi possível graças ao esforço de trabalho coletivo de pesquisadores integrantes do projeto “Além do Centro-Sul: por uma história da população brasileira nos extremos da América portuguesa”³, que, atingidos pelo contexto pandêmico e pelos cortes orçamentários de um governo decidido a perturbar a produção do conhecimento científico, estruturaram heroicamente uma nova conjuntura de trabalho. Aliados à tecnologia que viabilizou os encontros virtuais, os integrantes desse projeto concretizaram uma rede de colaboração regular que permitiu fazer do limão do isolamento uma “limonada” oferecida aos leitores da obra.

Este livro coroa o trabalho coletivo de investigadores preocupados com a reconstrução de um passado brasileiro sob o rigor de suas ciências: a História e a Demografia, ambas lidando com a humanidade, embora a primeira observe essa humanidade no passado em todas as suas múltiplas facetas, e a outra trate mais precisamente de seus ciclos de vida – nascer, ter filhos, movimentar-se e morrer⁴. Ao longo dos últimos anos,

3 O projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido no grupo de pesquisa “Demografia & História”, sob a coordenação e liderança de Sergio Odilon Nadalin.

4 Fauve-Chamoux, Bolovan, Sogner, 2016, p. 1.

além das questões teóricas ligadas ao conceito de regime demográfico e dos desafios para aplicá-lo à história da população brasileira desde a proposição original de Maria Luiza Marcílio⁵, retomada e rearticulada por Nadalin⁶, os autores preocuparam-se principalmente com as metodologias que dariam base a essas reflexões. As transformações na construção do conhecimento na área de História levaram à construção de bancos de dados informatizados, ancestrais do software NACAOB⁷ (acrônimo de nascimento, casamento e óbito), que deixou de atender à demanda individual de uma pesquisa para servir às necessidades de trabalho da rede colaborativa. É imprescindível destacar o papel desse software nas etapas da pesquisa nominativa, principalmente na padronização e uniformização da coleta e da inserção das informações, assim como na possibilidade de comparação dos resultados. Os números e as análises publicados nessa obra justificam por si só a utilização intensa do software para explorar os registros paroquiais, eleitos como fonte principal para analisar os regimes demográficos e os sistemas familiares.

Conhecemos, no decorrer das páginas, representativos panoramas histórico-demográficos desde a Amazônia até o Rio Grande. Dada a complexidade da América portuguesa, Ana Scott e Sergio Nadalin, cotejando rigor empírico e imaginação histórica, presenteiam os leitores, na Introdução, com a história de Gregório Gonçalves Trones e Anna Maria de Lima, moradores nos Campos de Curitiba de outrora, a fim de exemplificar como construir uma reflexão sobre o modelo de regime demográfico restrito, chamando a atenção para as componentes de caráter demográfico que fizeram parte da história desse casal e de sua família, tais como a nupcialidade, o ambiente, as migrações, a fecundidade e a mortalidade.

A exploração da riqueza desse “caleidoscópio brasileiro” começa com o historiador português Paulo Teodoro de Matos, no capítulo “As cidades da América Portuguesa em finais do Antigo Regime: uma leitura

5 Marcílio, 1984.

6 Nadalin, 2022.

7 O NACAOB foi desenvolvido por Dario Scott e atualmente está hospedado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp).

sociodemográfica". Trata-se de uma análise abrangente e agregada da sociedade luso-brasileira, com dados que despertam a atenção dos leitores interessados no estudo do caráter urbano do Império português. Um conjunto de mapas populacionais produzidos entre meados do século XVII e o início do XVIII permitiu observar uma plêiade de indicadores demográficos das cidades e vilas da América portuguesa, concluindo que 14,4% da população brasileira vivia em cidades por volta de 1800, suplantando os 11,6% calculados para a realidade portuguesa em 1801. Observou-se também que em quase metade das cidades residiam menos de 5 mil habitantes e apenas em oito habitavam mais de 10 mil, sendo o Rio de Janeiro e Salvador as cidades mais populosas da América do Sul.

No capítulo "Não aceitar o que se ofereceu: uma abordagem quantitativa acerca das crianças expostas no Brasil Escravista", Carlos Bacellar, André Cavazzani e Dario Scott inovam, metodologicamente, ao agregar e comparar registros de várias paróquias no extenso território brasileiro entre 1690 e 1889. A exploração quantitativa das diferentes facetas do abandono de crianças no país mostra que o fenômeno, trazido da Europa e praticado tanto em instituições quanto em domicílios, sofreu mudanças ao longo do tempo. As formas de registro, a prática do abandono e a percepção social foram se transformando até que a exposição infantil gradualmente enfraqueceu, sendo compreendida como um fenômeno histórico específico.

Os capítulos seguintes nos levam para a Amazônia, com trabalhos sobre o Pará e o Maranhão, cujas complexas e diversificadas características não permitem propor um regime demográfico amazônico. Centrado em um cenário bastante múltiplo no que se refere às composições populacional, econômica, social, cultural e espacial, Antônio Otaviano Vieira Junior, em "Para muitas possibilidades da história da população da Amazônia colonial, capitania do Grão-Pará (1750-1777)", foge à regra dos capítulos seguintes por falta de registros paroquiais, bem como por encontrar uma enorme diversidade de restrições e oportunidades demográficas que configuraram a paisagem amazônica no período pombalino. Sua contribuição é justamente provar a inviabilidade de abranger a Amazônia em um regime demográfico único.

Em “Organização familiar de escravizados nas plantations no Maranhão a partir dos batismos da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru”, Antonia da Silva Mota revela a realidade de uma freguesia maranhense onde o pároco se deslocava pelo interior das áreas produtivas rurais a fim de que a população, sobretudo a de escravizados, pudesse receber os sacramentos da Igreja Católica. Na comparação com outras populações escravizadas, observou-se uma baixíssima incidência de livres vivendo nas propriedades e uma elevada legitimidade entre as crianças batizadas, reflexo da possibilidade de se constituir famílias legítimas no cativeiro devido à presença constante dos párocos e de ultrapassar os limites dos plantéis por meio de relações de compadrio com pessoas libertas e livres no Vale do Itapecuru.

“O regime demográfico das secas e a legitimidade: análise do caso da capitania do Rio Grande (do Norte) 1700-1799”, capítulo de Carmen Alveal e Alekssiane Carvalho, apresenta a análise de como as secas impactaram a demografia e a organização familiar, observando alterações nas séries de registros de batismo, casamento e óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, a partir do século XVII, em períodos subsequentes às grandes secas. As autoras defendem que o clima e a migração afetaram a dinâmica populacional da região, pois a posição litorânea, menos atingida pela seca, tornou Natal um polo de atração para migrantes vindos do sertão.

Paulo Eduardo Teixeira e Maísa Faleiros da Cunham elaboram o capítulo “Nascer em Olinda imperial” a partir de registros de batismo da Freguesia de São Pedro Mártir e de um ensaio estatístico de 1852 sobre Pernambuco. A perda de protagonismo de Olinda frente ao crescimento social, político e econômico de Recife destacou alterações nas estruturas demográficas da cidade. Olinda mostrou-se um excelente laboratório para compreender regimes demográficos urbanos, com uma população mestiça, parda e de forte ilegitimidade até a primeira metade do século XIX, embora fossem inferiores aos apontados por Maria Luiza Marcílio⁸ para outras populações urbanas livres no Brasil.

8 Marcílio, 1984.

Pensando na proposição de regimes demográficos restritos, Tarcísio Rodrigues Botelho, em “Um regime demográfico dos primórdios da mineração? Catas Altas do Mato Dentro, 1712-1730”, analisa o caso das áreas de mineração, em um contexto de violência marcado por revoltas escravas e formação de quilombos, destacando a centralidade da família e a interação entre livres, escravizados e libertos. Essa população era marcada por imigração majoritária de africanos escravizados, desequilíbrio entre os sexos, baixa ocorrência de casamentos formais, alta mortalidade entre cativos e crescimento natural negativo.

Chegando à região Sul, Sergio Nadalin busca explorar possibilidades de regimes demográficos característicos de sistemas culturais concernentes às sociedades meridionais da América Portuguesa, no capítulo “Para a compreensão de um sistema de famílias na Colônia: regimes demográficos e a população dos Campos de Curitiba, 1680-1849”. O trabalho de Nadalin, com registros de batismo de Curitiba em um período de quase 160 anos, enfatiza a importância da nupcialidade, inclusive ilegítima, para compreender os sistemas familiares e demográficos na formação da sociedade colonial, distinguindo categorias de mães solteiras segundo a forma como eram registradas, sugerindo mudanças sociais e de critérios dos vigários devido ao aumento de mães sem identidade e mancebas nos registros do século XVIII ao XIX.

Seguindo viagem para os confins meridionais do território brasileiro, Dario e Ana Scott analisam uma série histórica de cem anos com mais de 71 mil assentos paroquiais de batismo, casamento e óbito da Freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus, no capítulo “Dinâmica demográfica e sistemas familiares na Porto Alegre escravista (1772-1872)”, propondo reflexões sobre a coexistência de regimes demográficos das economias urbanas e das populações escravizadas que viveram no porto fluvial de Porto Alegre. Do ponto de vista demográfico, nessa sociedade de elementos distintos pela presença estrutural da escravidão e pela heterogeneidade das populações que conviviam em um mesmo espaço, as taxas de fecundidade e mortalidade, apesar de permanecerem em patamares elevados, tiveram queda sensível em relação ao número médio de filhos, assim como houve queda na mortalidade adulta e aumento da esperança de vida ao nascer, ainda que as taxas de mortalidade infantil se mantivessem elevadas. Foi observado também que, apesar

de a população livre seguir majoritariamente o casamento tridentino, os escravizados raramente tinham casamentos formais, o que manteve a presença da ilegitimidade entre 10 e 15% até o terceiro quartel do século XIX.

No caso da Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, Fabio Kühn e Israel Aquino Cabreira observam, no capítulo “Regimes demográficos e sistemas familiares nas franjas do Império: uma paróquia rural nos confins da América Portuguesa (Triunfo, 1757-1799)”, que a fronteira recém-ocupada recebeu intenso fluxo migratório e manteve elevadas taxas de natalidade e mortalidade, com índices que correspondem ao regime pré-transicional característico de sociedades de Antigo Regime demográfico. Apesar dos registros de óbitos não indicarem as causas, as fontes qualitativas remetem para o predomínio de doenças infectocontagiosas, especialmente a varíola, que ceifou muitas vidas no final do século XVIII. Os autores apontam índices de endogamia e legitimidade, inclusive entre indígenas e escravizados, mais elevados do que em freguesias vizinhas, e atribuem isso à condição de fronteira recém-ocupada.

No capítulo “Família, população e legitimidade na fronteira sul do Brasil (Capela de Alegrete, 1821-1850)”, Luís Augusto Farinatti examina registros de batismo em região de fronteira com os futuros Estados platinos, em um contexto de guerras recorrentes e baixa densidade demográfica. A instalação de uma economia agrária atraía novos ocupantes nesse extenso território disputado com indígenas e marcado por grandes estâncias de criação e pela produção agrária familiar. O autor inova ao sugerir como “missioneiro” o regime demográfico e o sistema familiar naqueles grandes campos afetados pelos processos migratórios, e analisou nele as diferenças entre os índices de legitimidade dos filhos de mães luso-brasileiras e de mães indígenas missionárias. Por fim, observa as possibilidades de se realizar um estudo sobre a demografia dos períodos de guerra, de grande importância para conhecer a dinâmica demográfica de um período que vivia uma verdadeira epidemia bélica.

Um exercício desafiador foi realizado por Ana Scott e Adriano Comissoli, em “Entre dois mundos: discutindo o regime demográfico restrito aos colonos açorianos no Rio Grande de São Pedro”, ao questionar

se os “casais” açorianos mantiveram o regime demográfico típico dos Açores no extenso território em que se espalharam na segunda metade do século XVIII. Advindos de um regime caracterizado por alta natalidade e mortalidade, dificuldades matrimoniais ligadas à emigração masculina e aos recursos limitados, no novo território os açorianos não reproduziram o padrão original: sem acesso a terras e escravizados, viveram em condições de instabilidade e sucessivas migrações internas. Apesar de continuarem vivendo em um regime de “alta pressão”, adotaram práticas locais, como maior acesso ao casamento, redução do celibato e diminuição das idades ao casar.

História Social das Populações no Brasil Escravista presenteia o leitor com um avanço historiográfico importante para o conhecimento das questões demográficas que envolvem o passado brasileiro e é um marco por sua diversidade regional e social, o que confere amplitude analítica ao alargar horizontes além do Centro-Sul. Além disso, dispõe de um corpo de pesquisadores espalhados em diversas universidades, o que se reflete no vasto arcabouço metodológico inovador articulado para trabalhar os registros paroquiais. Pode-se citar, ao menos, a organização do trabalho com softwares e o cotejamento de outras fontes nominativas e censitárias, cujo cruzamento traduz-se em um procedimento essencial para a análise dos regimes demográficos enquanto fenômenos historicamente situados. Seguramente essa obra fortalece a história social da população e franqueia novos caminhos interpretativos que extrapolam o período e os territórios em tela⁹.

9 Enquanto era preparada a publicação desta resenha recebemos com grande pesar a notícia do falecimento de um dos autores do livro, Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar, ocorrido em 15 de março de 2026. Historiador, Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, foi professor do Departamento de História da USP e especialista em História Social das Populações e Demografia Histórica, tendo seus estudos direcionados à história da família, demografia da escravidão, história econômica e elites agrárias. Atuou como diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Apesar de seu notável legado, a comunidade acadêmica perde um companheiro e incentivador de inestimável grandeza. Que sua obra continue servindo de incentivo para as novas gerações de pesquisadores.

Bibliografia

FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; BOLOVAN, Ian; SOGNER, Solvi. A Global History of Historical Demography: half a century of interdisciplinarity. Bern: Peter Lang AG, International Academic Publishers, 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais. São Paulo: Vozes, 1984, p. 193–207.

NADALIN, Sergio Odilon. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEp, 2022.

Recebido em: 01/10/2025 - Aprovado em: 24/11/2025

Editoras responsáveis

Kelly Eleutério Machado Oliveira

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro

Disponibilidade de dados

Os dados e demais informações obtidas para o presente estudo estão no próprio texto.